

O PAPEL DO EDUCADOR INFANTIL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA*

THE ROLE OF THE EARLY CHILD EDUCATOR IN INCLUSIVE EDUCATION

Estella Regina Ribeiro da Silva e Silva**

Claudia de Oliveira Vale***

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo, investigar os desafios enfrentados no desenvolvimento do processo de inclusão na educação infantil. Com várias concepções teóricas que embasaram essa pesquisa. O sistema de ensino atual tem apresentando uma necessidade excepcional de adotar um cuidado especial voltado para as práticas pedagógicas, de tornar o processo de ensino e aprendizagem em uma educação inclusiva, com respeito à diversidade, ajudando de forma dinâmica na construção do desenvolvimento cognitivo, emocional e social de nossas crianças, com vistas ao desenvolvimento pleno. Todas as crianças incluídas nessa etapa de escolarização devem ter seus direitos respeitados, obedecendo a necessidade do aluno.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Infantil. Formação Continuada.

ABSTRACT

The main objective of this article is to investigate the challenges faced in the development of the process of inclusion in early childhood education. With several theoretical concepts supported this research. The current education system has shown an exceptional need to adopt special care aimed at pedagogical practices, to make the teaching and learning process into an inclusive education, with respect for diversity, helping dynamically in the construction of cognitive, emotional development and social development of our children, with a view to full development. All children included in this stage of schooling must have their rights respected, obeying the needs of the student.

Keywords: Inclusion. Child education. Continuing Education.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão aqui traduzida volta-se ao atendimento escolar de crianças com necessidades educativas especiais, trazendo o papel do professor como meio balizador do desenvolvimento dessas crianças. Considerada como instrumento de mobilidade social, a educação representa a possibilidade de ascensão na hierarquia de prestígio no seio da sociedade.

*Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano, para obtenção do grau de Licenciatura.

**Graduanda do 8º período do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano.

***Orientadora: Mestra em Educação, pelo programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE/UFMA, Especialista em Educação Especial, Inclusão e Libras, pela Universidade Uniasselvi, Especialista em Gestão Escolar pelo Centro de Ensino de Planejamento e Avaliação do Maranhão-CAPEM. Pedagoga, graduada pela Universidade Federal do Maranhão, Interprete de Língua Brasileira de Sinais, SEEDUC/MA, Professora do Instituto de Ensino Superior Franciscano-IESF.

Por esse motivo a Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, tinha como princípio propor uma educação básica mais ampla; com isso, abriam-se novas oportunidades para aqueles que não tinham acesso à aprendizagem, na educação básica. A nova tendência educacional requer um olhar diferenciado daquele vivido até hoje. A educação vive novos dias onde emergir é a palavra certa.

Os novos paradigmas estão voltados para as situações que promovam educação de qualidade independente da característica do indivíduo, repensando nossa prática educacional de tal maneira que possamos encontrar um novo fazer pedagógico dentro da própria educação.

Precisamos sair desse mundo confortável e procurar novos rumos, novas situações, novos processos de vida humana para que aconteça um desenvolvimento dinâmico no mundo educacional. A educação na atualidade passa por mudanças estruturais que requer a cima de qualquer coisa, nova visão, novo direcionamento. É exigida dos profissionais uma prática onde o conhecimento seja construído, e partilhado em comum acordo.

Nessa nova visão, a criatividade passa a ser o ponto alto, num momento em que novos caminhos são valorizados, não se obedecendo, portanto, a um único padrão de estudo, e preciso reinventar, reformular a práxis. Nisso podemos tomar a ideia de Ramos (1995) como aporte para nossa própria visão de educação.

Com a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96, definiu-se como dever do Estado, garantir gratuitamente a educação básica; uma delas foi uma educação inclusiva, que garantisse o ensino para todos, independentemente das limitações pessoais de cada aluno.

Portanto uma escola inclusiva exige maior capacitação de professores, com habilidades para saber lidar com diferentes problemáticas em sala de aula. Sendo assim incluir requer muita sabedoria e responsabilidade, incluir não é apenas colocar crianças dentro do espaço da sala de aula, mas, sobretudo, promover o desenvolvimento significativo dessas crianças, de forma a obter desempenho social com vistas a uma educação de qualidade.

Para Sassaki (1997), A ideia de inclusão surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram expostas as pessoas com deficiência por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes de trabalhar, características essas atribuídas indistintamente a todos os portadores ou que tiveram alguma deficiência.

Hoje é de extrema importância que o sistema de ensino tenha um olhar voltado para as práticas pedagógicas, transformando a educação em um processo inclusivo que respeite e valora a diversidade, transformando a escola em um espaço de múltiplas possibilidades que ajude de fato na construção do desenvolvimento cognitivo, social, emocional de cada criança, ajudando-a a se tornar um ser cidadão completo.

A inclusão de crianças especiais em idade pré-escolar tem grande destaque no âmbito escolar, uma vez que nem todos os professores estão preparados para essa modalidade de ensino, portanto fazer inclusão propriamente dita. Dessa forma a escolha do tema justifica-se pela relevância e preocupação com o desenvolvimento educacional da criança com necessidade especial na escola, se levarmos em consideração a construção de uma sociedade igualitária e inclusiva de fato.

Para compreender a educação inclusiva é necessário compreender primeiro a definição de inclusão e o que ela representa tanto para a sociedade quanto para a educação e como essa se apresenta no espaço escolar. Em seguida compreender como essa temática deve ser abordada e quais os entraves para que a inclusão de crianças logre êxito.

Outro ponto a ser discutido é como o professor deve se movimentar no trânsito escolar para que ele consiga assegurar aprendizagem e educação de qualidade a todos sem distinção, fazendo da escola um espaço democrático de aprendizagens, com estratégias pedagógicas que efetive uma educação inclusiva, a fim de elaborar uma educação heterogênea. Sendo assim a educação inclusiva trabalha com as diferenças individuais que se encontram no ambiente escolar, dando atenção para experiências, formas de compreensão e dificuldade e capacidade que precisam ser levadas em consideração.

É preciso formar o professor para trabalhar com as diferenças sejam elas quais forem. É improvável que o professor sem formação específica desempenhe um bom papel frente a educação inclusiva principalmente quando se trata de crianças em seu processo de formação e desenvolvimento.

Sendo assim, nosso estudo pautou-se na bibliografia existente com base em: livros, revistas, teses, artigos científicos, revista eletrônica entre outros. A pesquisa bibliográfica tem por objetivo colher informações e dados necessários que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir da definição do tema.

2 EDUCAÇÃO ESCOLAR E INCLUSÃO

O presente trabalho faz considerações sobre o papel do professor da Educação Infantil em relação ao processo de inclusão no espaço escolar buscando compreender a maneira como esse profissional interage na escola com os demais professores e os alunos. No espaço escolar a inserção do processo de inclusão surge como renovação da educação no intuito de maximizar o aprendizado de crianças e Adolescentes.

Mittler (2000) afirma que em pleno século XXI, existe uma dúvida muito grande quando se trata das nossas escolas alicerçadas nas metodologias e estratégias enfadonhas e descontextualizadas da realidade que hora se apresentam. A tecnologia chegou, mas, ainda parece obsoleta dentro do contexto escolar atual, onde há uma resistência em não priorizar uma nova prática que alcançaria resultados que oportunizassem mais o processo de ensino e aprendizagem. Respalamos essa visão de inclusão de crianças.

O professor da educação infantil deve ser capaz de fornecer a estrutura correta para que as crianças desenvolvam suas habilidades de leitura e escrita, mas também de utilizar práticas e formas de comunicação para que possam desenvolver cada vez mais autonomia e Independência, tanto para os estudos quanto para as práticas sociais e de vida autônoma.

A educação infantil segundo Silva (2019), é essencial para a formação de sujeitos respeitosos, críticos e reflexivos. Nesse cenário, o professor atua em prol do processo de aprendizagem dos alunos, além de trabalhar questões relacionadas aos valores sociais e éticos. Dessa forma, os educadores trabalham com a transmissão de conhecimentos científicos e sociais, que favorecem a convivência em sociedade.

A nova tendência educacional requer um olhar diferenciado daquele vivido até hoje. A educação vive novos dias onde emergir é a palavra certa. Antes a educação voltada para essa clientela era meramente segregacionista, onde crianças e adolescentes eram colocados em salas ditas especiais, muitas vezes com grades e/ou portas fechadas sem nenhum critério específico para a aprendizagens.

Hoje nós temos as salas, de recursos, com professores habilitados para cada tipo de deficiência, síndromes ou Transtorno Global do Desenvolvimento (TGDS), com atendimento específico no contra turno de estudo do aluno. Portanto, os novos paradigmas estão voltados para as situações que promovam educação de qualidade Independente da característica do indivíduo, repensando nossa prática educacional de tal maneira que possamos encontrar um novo fazer pedagógico dentro da própria Educação.

Precisamos sair desse mundo confortável e procurar novos rumos, novas situações, novos processos de vida humana para que aconteça um desenvolvimento dinâmico no mundo educacional. Nessa nova visão de educação voltada para pessoas com deficiência a criatividade passa a ser o ponto alto, num momento em que novos caminhos são valorizados, não se obedecendo, portanto, a um único padrão de estudo, e preciso reinventar, reformular a práxis.

Nisso podemos tomar a ideia de Ramos (1995) como aporte para nossa própria visão de educação. Portanto, a prática pedagógica deverá ser constituída de conhecimento e disponibilidade do professor em adquirir novas maneiras de promover a diversidade dos alunos com suas características individuais.

O processo educativo deve ser responsável por construir o desenvolvimento da maturidade e aprendizagem humana. Salienciamos também os pressupostos e as definições da pedagogia, passando pelo processo de inclusão escolar através de recortes bibliográficos que sirvam como aporte para professores e demais pessoas interessadas no assunto.

2.1 Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, e atende crianças de zero a cinco anos de idade, servindo tanto para o ensino quanto para o cuidado e serve como complemento da educação familiar.

De acordo com a Lei de Diretrizes de Bases da Educação, a educação infantil é:

primeira etapa da educação básica, deve ser oferecida em creches e pré-escolas, mas, ainda assim, é vista como um lugar apenas do cuidar, excluindo totalmente o educar, imperando o entendimento de que essa primeira etapa é apenas uma forma de assistência, um espaço de brincadeiras, e não um espaço fundamental para a criança se desenvolver (BRASIL, 1996).

Já segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018), documento de caráter normativo e que define o conjunto das aprendizagens essenciais que devem ser trabalhadas com todos os estudantes ao longo da Educação Básica, a Educação Infantil, tem como concepção pedagógica a indissociabilidade do cuidar e o educar. Na Educação Infantil a ênfase maior deve ser para os elementos do currículo com base no Corpo e nos Movimentos, nas brincadeiras e no jogo, que deverão acontecer como suporte à aprendizagem. “O brincar auxilia o processo de ensino e

aprendizagem da criança auxiliando no conviver, participar, explorar, expressar e conhecer-se, que são a base norteadora dos campos de experiência propostos para a Educação Infantil” (BRASIL, 2018).

Nos últimos anos, a educação infantil tem quebrado muitas barreiras no que diz respeito a educação de crianças em idade pré-escolar. Muitos caminhos foram percorridos, entre eles a ideia de que a criança precisa desenvolver-se no seu próprio tempo, devendo acontecer por meio de brincadeiras e atividades de interação.

Conforme a BNCC, na educação infantil,

os principais elementos do currículo estão baseados no Corpo e no Movimento, com a brincadeira e o jogo, como elementos de suporte da aprendizagem. O brincar auxilia o processo de ensino e aprendizagem da criança auxiliando no conviver, participar, explorar, expressar e conhecer-se, que são a base norteadora dos campos de experiência propostos para a Educação Infantil (BRASIL, 2018).

Para as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) Resolução CNE/CEB nº 5/2009, em seu artigo 4º, a criança é definida como:

sujeito histórico e de direitos, que nas interações de relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentido sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

O artigo 9º da DCNEI assinala que:

Os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e as brincadeiras, vivências nas quais as crianças se apropriam dos conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e os adultos, possibilitando aprendizagem, desenvolvimento e socializar. E servir de instrumento para a capacitação de professores (BRASIL, 2010).

Observa-se que na Educação infantil a interação aparece como principal meio de desenvolvimento. São nessas interações que acontece também o desenvolvimento da imaginação, da linguagem e dos conteúdos, bem como o desenvolvimento dos sentidos e o movimento do corpo. E para que isso se estabeleça é preciso que a criança tenha uma base sólida e responsável.

Nesse momento o professor surge como personagem principal no desenvolvimento das habilidades exigidas na educação infantil. Cabe a esse profissional planejar atividades, rotinas, brincadeiras e interações, com a preocupação de adaptação que sirva para intervir de forma adequada. Portanto, o professor de educação infantil é de extrema importância para esse processo, pois dele depende o desenvolvimento cognitivo e físico da criança da educação infantil.

Sobre o assunto Piccinin (2012, p. 40) afirma que:

A base para as aprendizagens humanas está na primeira infância. Entre o primeiro e o terceiro ano de idade a qualidade de vida de uma criança tem muita influência em seu desenvolvimento futuro e ainda pode ser determinante em relação às contribuições que, quando adulta, oferecerá à sociedade. Caso esta fase ainda inclua suporte para os demais desenvolvimentos, como habilidades motoras, adaptativas, crescimento cognitivo, aspectos socioemocionais e desenvolvimento da linguagem, as relações sociais e a vida escolar da criança serão bem-sucedidas e fortalecidas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos apresenta a educação infantil de forma mais ampla, quando estabelece um conjunto de aprendizagens fundamentais a serem desenvolvidas na educação básica, vale lembrar que nesse contexto a educação infantil é a primeira etapa dessa modalidade de ensino.

Portanto é de fundamental importância compreender como deve acontecer a aprendizagem nesse segmento e quais aprendizagens a criança deve desenvolver. Entretanto a Base não invalida o que já era de conhecimento sobre a finalidade da educação infantil. Com a homologação da BNCC, novas propostas foram redefinidas com ênfase para as equipes pedagógicas e para a elaboração de currículos. Quando se fala da BNCC, para a educação infantil vamos observar que, interagir e brincar continua sendo o foco do trabalho com esses alunos.

Os direitos de aprendizagem apresentados pela BNCC, foram estabelecidos em campos distintos e envolvem os direitos tais como: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar, Conhecer-se. Podemos observar que todos esses verbos são ações e que, portanto, a partir dessas ações dentro dos campos de experiência de competência é que as crianças deveram consolidar seus direitos de aprendizagem.

Nessa perspectiva os direitos de aprendizagem e campos de experiência ligam-se diretamente com o interagir e o brincar. Sendo assim o papel do professor vai mais além. Para que possa garantir esses direitos esse professor precisa estabelecer estratégias que: garantam o bem-estar, assegurar o crescimento, promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças da educação infantil sob sua responsabilidade.

2.2 O papel do professor da educação infantil

A Educação Infantil é uma fase fundamental para o desenvolvimento global dos alunos, nessa etapa são trabalhados os aspectos cognitivos, físico, motor, psicológico, cultural e social, por atividades lúdicas que favorecem a imaginação e criatividade. Portanto, busca-se incentivar o desenvolvimento das habilidades de linguagem, a socialização e a autonomia (BARBOSA, 2011).

Sendo assim, ensinar é por certo uma das atividades mais desafiadoras que alguém pode exercer, entretanto é considerada como uma das mais importantes no cenário social. Quando essa atividade é direcionada para a educação infantil é esse profissional que estabelece a construção do sucesso de uma criança nos primeiros anos de escola e, conseqüentemente, em toda a vida estudantil que se estabelecerá.

Para Silva (2018),

é importante saber que, dentro de sala e fora dela, o professor é alguém em quem o aluno se espelha, uma vez que este é (ou deveria ser) o seu mais concreto exemplo de sabedoria, de caráter e, por que não, de heroísmo. Exemplo disso é que toda criança um dia brinca de escolinha e todos eles sempre querem ser o professor.

O professor de educação infantil fornece estruturas que ajudam a criança a crescer em suas habilidades de leitura e escrita, instigando a criança ser curiosa e entender o mundo que a cerca através de brincadeiras divertidas que leva a criança a aprender brincado, de forma significativa e prazerosa. À medida que a sociedade

elimina os estereótipos de controle e emprega o aprender brincando, os educadores adotam novos métodos que colocam a criança como a figura central.

Segundo Araújo (2004), é de suma importância, porém, ter ciência de que a educação infantil não objetiva alfabetizar, e sim oportunizar o contato com signos e significados escolares, respeitando seus desejos e curiosidades. Essa primeira etapa deve respeitar o desenvolvimento de cada criança em seu tempo.

Para Kuhlmann Junior (1998), “a educação infantil adota várias formas de educar a criança no espaço escolar em complementação à educação oferecida pelos pais e pela sociedade”.

Uma das atribuições do professor de Educação Infantil, é organizar sua ação pedagógica, atentando principalmente para sua formação inicial, contínua e permanente para que seja capaz de desempenhar seu papel com dignidade e competência, bem como atentar para sua prática pedagógica, através da observação, registro, avaliação e planejamento de suas atividades.

“A função do professor é garantir o bem-estar, assegurar o crescimento, promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças da Educação Infantil sob sua responsabilidade” (BRASIL, 2006).

Portanto, o professor de Educação Infantil, deve sempre criar condições que favoreçam a aprendizagem, segurança, empatia, atividades da vida prática e diária, conceitos matemáticos, e de escrita e a coletividade dentro de um ambiente seguro e acolhedor, ou seja, que aprendam com suas vivências para que possam apropriar-se de sua identidade com autonomia.

Segundo Silva e Guimarães (2011) a formação desse profissional é de extrema importância, pois através dessa o professor passa a ter um olhar crítico diante dos acontecimentos, porque passará a analisar e pesquisar o que é melhor para si e para o aluno, ampliando seu conhecimento. Os autores afirmam ainda que:

A formação docente não pode ser vista apenas como um processo de acumulação de conhecimentos de forma estática, como cursos, teorias, leituras e técnicas, mas sim como a contínua reconstrução da identidade pessoal e profissional do professor. Esse processo deve vincular-se a um conjunto de valores, saberes e atitudes encontradas nas próprias experiências e vivências pessoais, as quais imprimem significados ao fazer educativo (SILVA; GUIMARÃES, 2011, p. 14).

Entretanto o professor de educação infantil, não deve jamais esquecer que sua prioridade é a criança, suas práxis devem coincidir com o brincar e o educar, para o desenvolvimento do ensino, mas também para as aprendizagens que acontecem na primeira infância. Quando se trata de crianças com necessidades especiais esse compromisso é muito mais intenso.

3 EDUCAÇÃO

A educação é um processo formativo que engloba os hábitos, costumes e valores de uma comunidade e que são transferidos de geração em geração. Portanto, vai se formando através de situações cotidianas vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida. O conceito de educação engloba o nível de cortesia, delicadeza e civilidade demonstrada por um indivíduo e a sua capacidade de socialização.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao

determinar que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, onde será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Educação é um direito fundamental de todos, perpassa o desenvolvimento humano por meio do ensino e da aprendizagem, visando a desenvolver e a potencializar a capacidade intelectual do indivíduo. Constitui um processo único de aprendizagem associado às formações escolar, familiar e social. Podendo, portanto, ser formal ou informal.

Portanto, diz-se que a educação é uma prática social, que busca desenvolver o ser humano em todas as suas potencialidades e competências e que não se restringe unicamente ao espaço escolar. A educação escolar acontece no âmbito escolar, dentro de uma instituição específica para esse fim. Portanto, a escola como instituição, auxilia no desenvolvimento social, com vistas a promoção das habilidades e competências do ser humano, além do que desempenha um papel importante na formação do conhecimento, dos valores e comportamentos.

De acordo com Sousa (2022), “por meio da educação escolar, o sujeito estabelece relações e compreende a forma de organização da sociedade na qual está inserido. No ambiente escolar, a educação é planejada e, portanto, formal”

Para Hubert (1996, p. 94) “a educação é um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente por um ser humano em outro”. Portanto, essas ações buscam alcançar no indivíduo um determinado propósito para que ele possa desempenhar suas funções nos diferentes contextos: sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade.

Portanto, a educação pode ser definida como um processo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano a fim de melhorar sua integração com a sociedade. Sendo assim, a educação não é fechada ela é abrangente. De maneira integral a Educação visa o desenvolvimento do ser humano e de suas potencialidades, habilidades e competências, portanto não se restringe ao espaço escolar, é um direito alienável que visa o pleno desenvolvimento, por meio do processo ensino-aprendizagem.

No Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, a Educação divide-se em dois níveis, a educação básica e o ensino superior. A educação básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A educação nacional remete para o grupo de órgãos que fazem a gestão do ensino público e fiscalização do ensino particular.

4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, salienta que a “educação é um direito de todos” (BRASIL, 1988) e perpassa todos os níveis e etapas da educação básica. Já o Art. 208, diz que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Em 1994 e firmado pela Declaração de Salamanca, que cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem.

Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver e desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo (BRASIL, 1994).

A educação Inclusiva deve ser entendida na perspectiva do ensino contemporâneo, que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. A educação inclusiva pressupõe igualdade de oportunidades e valorização das diferenças humanas atentando para as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica transformação de modo a garantir acesso, participação e aprendizagem de todos sem distinção.

Mas para que essa educação se efetive é necessário buscar alternativas que garantam a inclusão de fato, e além disso, é preciso que a escola tenha consciência do seu papel educacional e social para que vários desafios sejam superados, problemas esses que vão da estrutura física como a falta de adequação estrutural e que pode estar relacionada desde a ausência do aluno quanto a preparação dos professores para desempenhar o papel da inclusão.

A educação inclusiva tem como propósito criar condições que eliminem as barreiras físicas e educacionais, que respeitem a diversidade no âmbito educacional. A escola só se torna inclusiva quando aprende a conviver com a heterogeneidade das pessoas e conviver naturalmente com as diferenças.

Falar sobre a inclusão é falar de pessoas com ou sem deficiências na escola pois a Lei determina direitos igualitários sem distinção de pessoas. A cultura da exclusão permeia todo o cenário brasileiro, entretanto é preciso dar visão a importância da inclusão no ambiente escolar. A pessoa com algum tipo de limitação é capaz de aprender e desenvolver diversas habilidades. É importante que no processo de inclusão, haja preocupação quanto ao desenvolvimento de atitudes no ambiente escolar.

A pessoa com algum tipo de limitação é capaz de aprender e desenvolver diversas habilidades. É importante que no processo de inclusão, haja preocupação quanto ao desenvolvimento de atitudes no ambiente escolar. Nesse contexto, o professor surge como peça fundamental de emancipação de práticas discriminatórias, quando se trata de alunos com deficiências.

O papel do professor nesse processo deve permear todas as ações em sala de aula. No entanto é preciso que o professor permita-se interagir com essa situação pois é ele que vai levar os recursos necessários para uma educação inclusiva de qualidade.

Segundo Bedaque (2014, p. 161):

A necessidade de quebra de barreiras para um trabalho colaborativo é primordial pode ajudar a quebra de estigma. A professora da sala regular não entende a inclusão escolar, e sua dificuldade de acolher o aluno é evidente, marca da descrença e reflexo de uma cultura de que a escola não é para ele.

O desafio maior do professor será o de criar e recriar oportunidades de convivência, provocar desafios de interação e aproximação, bem como estabelecer contatos com os distintos saberes, planejando de forma flexível e objetiva favorecendo a troca, a parceria e a certeza de uma inclusão de qualidade.

4.1 O profissional e sua prática pedagógica na educação inclusiva

É através do profissional comprometido com o fazer pedagógico que a educação oportuniza diferentes propostas de valorização humana, em todas as suas esferas: intelectuais, físicas, sociais, de gênero, de etnia e sensoriais, ou seja, a transformação de todas as formas de discriminação como garantia do acesso e participação sem distinção de pessoas.

De acordo com Silva e Oliveira (2021, p. 5),

A inclusão e integração dos alunos nas escolas atualmente por ser obrigatória, estão sendo maiores, as modificações do espaço escolar para fazer com que este seja acessível também está sendo respeitado em algumas escolas. Que apresentam salas de recursos bem equipadas, claro que isso não é a realidade de todas as escolas do Brasil. As empresas tomam consciência dos talentos, isso faz com que o aumento de portadores de deficiência trabalhando aumente. Os estabelecimentos comerciais percebem que eles são consumidores a serem conquistados, pois nas últimas décadas os deficientes saem mais de casa, tornando mais independentes e autônomos.

Só a educação é capaz de conduzir a sociedade positivamente, modificar seus conceitos, ampliar seus conhecimentos. O intelecto é motivado a questionar e buscar novas respostas. Segundo Bergamo (2010) incluir vai muito além de boas intenções, exige que todo contexto envolvido estabeleça mudanças na percepção do que aceitável e necessário para fazer a inclusão acontecer de fato.

A exclusão não está inteiramente ligada somente à pessoa com deficiência isso é, parte das reflexões que fizemos sobre identidade, alteridade e exclusão social, constatamos que a exclusão começa muito cedo, antes mesmo de o bebê nascer. Os obstáculos decorrentes de gênero, raça, religião ou de sua deficiência para o indivíduo ser excluído, basta a sociedade discriminar sua aparência e decisão de escolha.

Segundo Fación (2008, p. 112-113) é:

obrigação da escola “incluir” como passo inicial de todo processo, que se dá através da análise real das possibilidades do aluno, da capacidade de compreensão intelectual, das habilidades e interesses em todos os níveis e modalidades de ensino, maximizando suas potencialidades. A educação na perspectiva inclusiva constitui-se como uma proposta pedagógica que assegura recursos e serviços para apoiar, complementar, suplementar e/ ou substituir serviços educacionais comuns.

Assim, realizam-se transversalmente em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais as condições para ter acesso à escola e permanecer nela, assim como para desenvolver todas as suas potencialidades (BRASIL, 2004).

Para que aconteça inclusão de fato, a escola inclusiva tem que possuir adaptações necessárias como: banheiros adaptados, salas de aula inclusiva, professores habilitados, recursos didáticos adaptados às necessidades da pessoa com deficiência para que possam garantir qualidade de ensino a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um, de acordo com suas potencialidades e necessidades. (BRASIL, 2004)

Sobretudo, a escola inclusiva preocupa-se com todos os envolvidos no setor interno da instituição, com a finalidade de atender as necessidades dos alunos, independentemente de serem deficientes ou não. “Valorizar as peculiaridades de

cada aluno, incorporar a diversidade, e enfrentar os desafios com a convicção que é possível a inclusão acontecer dentro e fora dos muros escolares” (BATISTA, 1993).

A escola inclusiva deve ser aquela que oferece ao aluno a oportunidade de ampliar seus conhecimentos. O professor dá o suporte técnico através da adaptação curricular ao elaborar os projetos e planos curriculares e um atendimento sistemático e integrado. Isso significa que a educação especial pode ser oferecida na forma de recursos e serviços especializados que possibilitam aprendizagem e participação nas atividades proposta que envolvem todos os alunos, respeitando-se suas necessidades diferenciadas (FERNANDES, 2007, p.51).

A inclusão de fato causa mudança na perspectiva educacional e na vida do aluno, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia e prepara todos os envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem. É importante lembrar que a escola tem que ser antes de tudo uma instituição compromissada com a sociedade, garantir um espaço de aprendizagem com adaptações que atenda a todos.

No cotidiano escolar a diversidade deve fazer parte do currículo escolar em todos os momentos, não basta apenas uma estrutura física bonita e adaptada é necessário primeiro que haja respeito entre todos, e isso também passa pelo currículo escolar, visto que todas as ações permeiam o processo de inclusão, respeito e diversidade. “Cercado de incertezas e inseguranças, da mesma forma que também desperta a liberdade e ousadia para novas alternativas e novas formas de interpretação e conhecimento que sustente e norteie o profissional na busca pela mudança” (MANTOAN, 2003, p. 29).

Educação inclusiva, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar sem distinção. Optar por este tipo de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes, pelo contrário. Com a inclusão, as diferenças devem ser vistas como inclusão e não como dificuldades.

O intuito da inclusão escolar é promover a integração entre os alunos com desenvolvimento dito normal com aquelas que apresentam maneiras diferentes de aprendizado. Dessa forma, entende-se que todas as crianças aprenderão com as diferenças, sabendo respeitar umas às outras.

4.1 O Papel do professor da educação infantil no atendimento inclusivo

A criança é um ser em desenvolvimento, portanto necessita de toda atenção e assistência dos adultos. Durante muito tempo a educação das crianças foi considerada como pouco importante, limitando-se aos cuidados com alimentação e higiene. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, em seu Artigo 4º, definem a criança como:

[...] sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Hoje a Educação Infantil, integra o sistema público de Educação Básica. Ao fazer parte da primeira parte da Educação Básica, a criança é percebida como sujeito de direitos, de cidadania, respeito e atenção de qualidade.

Segundo Kramer (2005, p. 17):

A Educação Infantil não é uma ação que deva ser confiada à intuição dos professores, mas uma necessidade prioritária reconhecida e demonstrada como tal a partir de considerações psicossociais e educacionais. Há, portanto, a necessidade de formar profissionais especializados para orientar, estimular e promover o desenvolvimento infantil.

Vieira e Côco (2017) pontua que: Investir em educação infantil é uma boa opção para estabelecer o direito constitucional que ajuda as crianças a terem uma educação de qualidade e que deva também investir em formação profissional para a primeira infância, como recurso para o desenvolvimento social como um todo. É o professor que possibilita a formação neural e cerebral da criança canalizando-as para as aprendizagens significativas, bem como para o desenvolvimento da criatividade e da formação de valores democráticos e social.

A educação infantil, é a fase inicial da formação acadêmica e como tal representa o primeiro contato das crianças com um universo repleto de aprendizagens e novas descobertas. Nesse contexto a inclusão traduz-se como papel importante, pois além dos desafios que a criança enfrenta no processo de socialização, é preciso levar em conta que esse é um dos primeiros momentos em que o estudante estará longe dos olhares de sua família.

A inclusão educacional constitui a prática mais recente no processo de universalização da educação". Ela se caracteriza em princípios que visam à aceitação das diferenças individuais, à valorização da contribuição de cada pessoa, à aprendizagem através da cooperação e à convivência dentro da diversidade humana.

Dessa forma trabalhar a inclusão na educação infantil é de suma importância para que a criança se adapte ao ambiente escolar e possa dar sequência aos seus estudos no Ensino Fundamental sem maiores dificuldades. Para isso, gestores, educadores e toda a equipe pedagógica precisam estar engajados e preparados para oferecer todo o suporte e atenção que as crianças precisam garantidos pela Constituição Federal de 1988 no art. 205, quando diz "a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988).

O direito à educação é global e todos nós independente de raça, cor, religião, classe social, identidade biológica ou diferente tipo de orientação sexual, temos direito a educação. Por isso, o debate sobre a inclusão desde a Educação Infantil vem se fortalecendo bastante nos últimos anos.

Independentemente do método de alfabetização escolhido pelo professor de extrema importância esteja sempre estudando para que consiga fazer uma alfabetização verdadeira. Nesse sentido a escola deve fornecer o conjunto de experiências necessárias para uma aprendizagem ativa, apoiada em materiais concretos, metodologias práticas e dinâmicas facilitadas pelo professor, visando a autonomia do aluno.

O saber profissional que cada professor possui é fruto de sua própria história, cultura, sociedade, da própria instituição escolar, das interferências de outros profissionais, da mídia, entre outros. Portanto o fazer pedagógico é distinto e muito amplo, enraizado em histórias de vida e que, portanto, não pode ser confundida com a história da criança, é preciso levar em conta os hábitos e rotinas de ação de cada aluno.

De acordo com Tardif (2014, p. 108):

É apenas ao cabo de um certo tempo – tempo da vida profissional, tempo da carreira – que o Eu pessoal vai se transformando pouco a pouco, em contato com o universo do trabalho, e se torna um Eu profissional. A própria noção de experiência, que está no cerne do Eu profissional dos professores e de sua representação do saber ensinar, remete ao tempo, concebido como um processo de aquisição de um certo domínio do trabalho e de um certo conhecimento de si mesmo.

Por outro lado, a formação profissional deve garantir aos alunos com necessidades especiais consigam realizar suas atividades como qualquer outro aluno do ensino regular. É preciso que o professor tome medidas para melhorar a aprendizagem do aluno, estimulando isso se dá através de brincadeiras que estimulem os sentidos da criança. Assim,

podemos constatar que as atividades motoras fazem parte do cotidiano das crianças em qualquer estabelecimento que se dedique à tarefa educacional para infância, eles ainda ressaltam que: O movimento, o brincar, os jogos tradicionais da cultura popular preenchem de alguma forma determinadas lacunas na rotina das salas de aula. Em algumas escolas podemos encontrar as músicas coreografadas no início dos trabalhos, o momento do parque livre ou dirigido, os caminhos com jogos ou materiais lúdicos (MATTOS; NEIRA, 2003, p.176).

Dessa forma, o educador deve ter um olhar diferenciado para essas questões, principalmente refletir sobre as diversidades de práticas pedagógicas que caracterizam esse universo infantil e as funções atribuídas a essa modalidade de ensino.

Lembrando que esse profissional formado torna-se especialista para atuar em instituições de ensino, devidamente preparado para auxiliar o desenvolvimento de todas as crianças e jovens sem exceção. O papel do educador nesse contexto é de ser, facilitador no processo de aprendizagem bem como contribuir na evolução de seus alunos através do planejamento contínuo e o respeito mútuo entre eles.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste trabalho de pesquisa analisamos a educação infantil na educação inclusiva, com prioridade, tal como a formação de professores, no âmbito da educação infantil. O estudo abordado nesse artigo observa que a educação inclusiva, ainda é muito fragmentada. Se por um lado há um discurso muito bonito a serem colocadas em prática, por outro há uma fragilidade no sistema que minimiza essas ações. A legislação brasileira é muito rica em suas definições e atribuições para a educação inclusiva.

A educação infantil objeto desse estudo, com ênfase na educação inclusiva, precisa acontecer de maneira satisfatória, com atitudes que visem o pleno desenvolvimento da criança em suas diferentes características e condições de vida. Se de um lado a escola precisa estar preparada para receber essa clientela, por outro o professor precisa tomar consciência do seu papel enquanto agente social e de transformação, e o aluno precisa ser percebido com unidade a ser incluída no processo de ensino-aprendizagem.

Outro ponto estudado foi a legislação brasileira voltada para a inclusão de crianças público alvo da educação inclusiva, entendendo-se como elas remetem que

a educação constitui direito da pessoa com deficiência. No decorrer desse artigo observou-se mais atentamente que a educação inclusiva precisa caminhar junto com o respeito aos diferentes tipos de indivíduos.

Quando se fala de criança a atenção precisa ser mais enfática no sentido do cuidado que a idade necessita como prioridade. Sendo assim a formação de professores, no âmbito da educação infantil precisa ser bem definida. O professor deve manter na sala, atitudes mediadoras de transcendência, responsabilidade e envolvimento efetivo com todas as crianças sem distinção.

É de suma importância que a sociedade de maneira geral vise desenvolver o espírito de cooperação e igualdade de direitos para um desenvolvimento pessoal, sócio emocional e escolar que desenvolva as competências necessárias para uma vida harmoniosa.

A educação é um direito de todos, sendo assim é de suma importância que se priorize as necessidades e as características de cada criança, através de estratégias adequadas, pensadas por profissionais competentes e comprometidos com o sistema educativo de todas as pessoas sem distinção.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, T. F. Transtornos de aprendizagem na infância: uma revisão de literatura. **Revista de pediatria moderna**, São Paulo, v.49, n.4, p.149-155, abr., 2004.
- BARBOSA, M. C. S. **Organização do Espaço e do Tempo na Escola Infantil**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- BEDAQUE, S. A. P. **Por uma Prática Colaborativa no AEE: Atendimento Educacional Especializado**. Curitiba: Appris, 2014.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC EI EF 110518 versaofinal site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 10 set. 2022.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dez de 2009a. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília-DF, 2006.
- _____. Ministério Público Federal. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva organizadores. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. Disponível em:

https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2008/materiais/SAM_2008_cartilha_acesso_alunos_com_deficiencia.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. Presidência da República, Casa Civil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.294, de 20 e dezembro de 1996**. Brasília, 1996.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FACIÓ, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba-PR: Ibipex, 2008.

FERNANDES, S. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: InterSaberes, 2013. (Séries Fundamentos da Educação).

HUBERT, R. Educação e formação. **Lexicoteca**, v. 7, p. 94, 1996.
Disponível em: <http://supervisaoclinicanaenfermagem.wikidot.com/educacao-e-formacao>. Acesso em: 15 nov. 2022.

KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MATTOS, M. G. NEIRA, M. G. **O papel do movimento na educação infantil: oficinas de sonho e realidade na formação do educador da infância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PICCININ, P. V. **A intencionalidade do trabalho docente com as crianças de zero a três anos na perspectiva Histórico-Cultural**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/2012%20PRISCILA%20VANESSA%20PICCININ.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2022.

RAMOS, G. **Infância**. Rio de Janeiro: Record. 1995.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, G. A importância dos professores na educação infantil. **Educa+ Brasil**, Educação, São Paulo, jan., 2019. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/a-importancia-dos-professores-na-educacao-infantil>. Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, H. V. Ser professor é saber ensinar? **Brasil Escola**, Meu Artigo, [S./], 2018. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/ser-professor-saber-ensinar.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVA, F. C. F.; GUIMARÃES, M. C. M. **O professor de educação infantil: cuidar ou ensinar? um novo olhar**. IV EDIPE, Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino, 2011. Disponível em: [http://cepedgoias.com.br/edipe/ivedipe/pdfs/didatica/co/CO%20461-1150-1-SM\[1\].pdf](http://cepedgoias.com.br/edipe/ivedipe/pdfs/didatica/co/CO%20461-1150-1-SM[1].pdf). Acesso em: 2 nov. 2022.

SILVA, V. S.; OLIVEIRA, M. C. M. de. A importância da família e da tecnologia na Educação Especial. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 26, jul., 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/26/a-importancia-da-familia-e-da-tecnologia-na-educacao-especial>. Acesso em: 10 out. 2022.

SOUSA, R. **Educação**, Brasil Escola, [S./], 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao>. Acesso em: 30 nov. 2022.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis RJ: Vozes, 2014.

VIEIRA, M. A. F. O.; CÔCO, V. Educação Infantil do Campo e Formação de Professores. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 37, nº 103, p. 319-334, set./dez. 2017.